

Dia a dia

Salários dos chefes com maiores aumentos

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo foi de 945,39 euros em Abril de 2005, segundo um inquérito da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho. (...) A variação (nominal) entre Abril de 2004 e Abril de 2005 no ganho dos dirigentes foi de 8,6 por cento; todas as outras classes discriminadas pela DGEEP registaram ganhos inferiores - empregados (3,9 por cento), operários (2,7 por cento), aprendizes (5,2 por cento).

02.03

Programa mais exigente a partir de Setembro

O Ministério da Educação pretende imprimir um grau de complexidade mais elevado aos programas de informática para professores, no próximo ano lectivo. O objectivo é que depois da formação básica em TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação, os docentes sejam capazes de elaborar uma pagina na Internet, sobre a escola, por exemplo, e de a ir actualizando, de acordo com as necessidades.

02.03

Ministério penaliza grevistas

Os professores que aderiram à greve ao prolongamento do horário foram ameaçados de não receber o vencimento completo do mês. O Ministério da Educação pondera descontar-lhes o dia inteiro, ainda que tenham cumprido as horas lectivas que lhes estavam designadas. A Fenprof não aceita.

03.03

Aumentam cursos técnicos

Até 2010 serão criados 450 novos cursos de cariz profissional, técnico, vocacional e artístico, nas escolas secundárias, disse (...) em Faro, o secretário de Estado da Educação. Segundo Valter Lemos, o objectivo é cativar os alunos do Ensino Básico e os cerca de 350 mil jovens que abandonam o ensino sem terem concluído a sua formação.

04.03

Professores a perder poder de compra

O secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), João Dias da Silva, disse (...) que os professores do ensino público perderam oito por cento do poder de compra nos últimos quatro anos. "Depois de, em 2002 e 2003, os salários dos professores do sector público terem estado congelados, o ano de 2005 foi marcado pela determinação do início de um período de 18 meses de congelamento das progressões na carreira" (...).

05.03

Só 97.767 Empresas entregaram relatório

Mais de 75 por cento dos estabelecimentos empresariais continua a não enviar o obrigatório relatório de actividade dos serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho para o instituto competente. Em 2005, apesar de ter subido, o número de empresas que cumpriu a lei não chegou aos 100 mil. Menos de um terço do universo dos estabelecimentos que o deveria fazer.

06.03

Governo quer formar 350 mil trabalhadores

O Governo quer mobilizar 350 mil portugueses para cursos de dupla certificação (escolar e profissional) em horário pós-laboral. O ministro Vieira da Silva explicou que o objectivo deste tipo de cursos é habilitar os frequentadores com uma certificação escolar do 9º ou 12º anos de escolaridade e, simultaneamente, com uma certificação profissional.

08.03

Custo do trabalho acelera apesar do desemprego

Os custos de trabalho em Portugal aumentaram 3,9 por cento em 2005, num ano em que o desemprego atingiu um máximo histórico e a economia nacional cresceu apenas 0,3 por cento do PIB. (...) A nível internacional, o país apresenta a segunda maior contenção de custos salariais. Excluindo a Alemanha, onde tem havido cortes nominais na remuneração, o crescimento da compensação do trabalho em Portugal é menor que o desenvolvimento da União Europeia (menos 0,9 pontos).

09.03

Comissão propõe extinção de 114 organismos públicos

A comissão Técnica do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado propôs ao Governo (...) a extinção de 114 organismos públicos (...). A proposta propõe a extinção e/ou fusão de institutos, conselhos consultivos, comissões e direcções-gerais, um conjunto de organismos que engloba cerca de 10 mil funcionários.

13.03

Reitores aprovam exame nacional à carreira de professor

Os reitores das Universidades concordaram (...) com a criação de uma prova nacional de admissão à carreira de professor, uma das medidas propostas pelo Ministério da Educação para alterar as condições de acesso à profissão docente. De acordo com a proposta, será exigido aos professores da antiga primária a conclusão de apenas um ciclo de estudos superiores (grau de licenciatura, com a duração de três ou quatro anos) e aos restantes a conclusão de dois ciclos (licenciatura e mestrado).

15.03

Formação profissional: uma aposta antiga, cara e sem resultados

Vinte anos após a adesão à União Europeia e conhecido o peso dominante das empresas na formação profissional realizada no país (dados de 2003), o impacto sobre os índices de produtividade da aposta na qualificação dos portugueses mantém-se pouco significativa. (...) A título de exemplo, a área de serviços profissionais e técnicos, onde a aposta na formação tem sido mais significativa, a produtividade aparente (Euros/pessoal empregado) para 2002 em Portugal situou-se nos 16600 euros, contra a média da UE-25, que é de 35200 euros. Tal situação sugere má aplicação dos dinheiros para a formação profissional dos trabalhadores por parte das empresas portuguesas.

17.0

Governo quer empresas a pagar reformas

O Governo vai dar incentivos às empresas que criem regimes complementares para o pagamento das reformas aos seus empregados. A proposta será apresentada em sede de Concertação Social já no próximo mês de Abril, depois de fechada a discussão sobre a alteração do subsídio de desemprego. Trata-se de um instrumento opcional "de gestão e protecção dos trabalhadores" (...).

18.03

Antecipação do novo cálculo das reformas será lei já em 2007

O Governo quer antecipar a data a partir da qual todas as pensões de reforma passarão a ser calculadas com base no conjunto da carreira contributiva - e não nos melhores 10 dos últimos 15 anos - e prevê publicar as novas regras em corpo de lei já no próximo ano.

19.03

APESP contra novo plano de formação de professores

"Vemos com muita apreensão a redução dos anos de curso para educadores de infância e professores do ensino básico e secundário, de quatro para três anos, contrariando o já existente, e que foi para muitos dos que sempre se debateram por uma formação de qualidade para educadores, professores do primeiro ciclo e secundário, uma difícil conquista académica." A reacção é oficial e expressa a contestação da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado face aos novos princípios orientadores da formação de professores, apresentados pelo Ministério da Educação.

20.03